

PARECER 035/2023 - CEIV
COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA
(CEIV)

- () Primeira Análise – Parecer nº 005/2023-CEIV – 15/03/2023
() Segunda Análise - Parecer nº 023/2023-CEIV – 21/07/2023
(X) Terceira Análise – Parecer nº 035/2023-CEIV – 18/10/2023 – Parecer Final

OBSERVAÇÃO: o **ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO** poderá ser emitido somente após a assinatura do Termo de Compromisso e pagamento da contrapartida financeira na forma do §2º, do art. 12, da Lei Complementar nº 24/2018.

Processo Administrativo nº: ARQ.01.00001070/EIV.000023 (Aprova Fácil - #19088)

Projeto: Hotel Multiparque

Área do empreendimento: 20.253,26 m²

Área do Terreno: 18.270,17 m²

Descrição do empreendimento: Hotel com 704 leitos distribuídos em 176 unidades habitacionais não residencial de 36,90m². Serão 4 blocos de edificações, sendo 2 blocos com Subsolo + 3 Pavimentos e 2 Blocos com 3 pavimentos.

População Máxima Estimada: 829 pessoas, sendo 125 funcionários e 704 hóspedes.

Vagas de Estacionamento: 114 vagas não residencial simples, 3 PNE, 7 idoso, 13 motocicleta, 1 carga e descarga, 1 embarque e desembarque

Endereço: Rodovia LAP Rodesindo Pavan, n.º 11595, Praia do Estaleirinho

Uso: Comercial / Serviços

Zona: ZC-1

Cadastro Municipal (DIC): 184954

Investimento previsto: 20.253,26 CUB's

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 10.915, de 03 de agosto de 2022 e suas alterações, que dispõe sobre a reformulação da Comissão Permanente que Analisa os Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV),

CONSIDERANDO o projeto arquitetônico do empreendimento está em tramitação no Departamento de Análise de Projetos (vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária) sob o protocolo nº #17376 – ARQ.01.00001070, com deferimento em 06/02/2023, no que diz respeito ao projeto atender a legislação urbanística geral, em cumprimento ao art. 7º, da Instrução Normativa n.º 001/2019, da SPU, de 29.08.2019, em relação à conformidade com a "legislação urbanística em geral" do projeto arquitetônico apresentado para a aprovação de projeto,

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/2019 – SPU orienta que a atuação da CEIV se restringe a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança de carácter meramente opinativo,

A CEIV consigna:

Trata-se de Estudo de Impacto de Vizinhança de um empreendimento de uso “Comercial / Serviços” que teve seu processo de análise iniciado através do processo administrativo protocolo nº ARQ.01.00001070/EIV.000023 (Aprova Fácil - #19088).

A Comissão emitiu o **primeiro** Parecer de Análise nº 005/2023-CEIV, em 15/03/2023, solicitando os esclarecimentos e/ou compatibilização quanto: compatibilizações das áreas construídas com os projetos; apresentação do projeto arquitetônico completo; projeto de canteiro de obras contemplando as diversas fases da obra; esclarecimentos quanto ao subsolo previsto no empreendimento; revisão do EIT, em vários aspectos; revisão da matriz qualiquantitativa (relação de impactos, valorações e medidas mitigadoras). A resposta ao parecer foi protocolada em 26/06/2023, mediante a primeira complementação do EIV. Após, em 21/07/2023, a CEIV emitiu o **segundo** Parecer de Análise sob nº 023/2023-CEIV, com o apontamento dos itens não atendidos, ou atendidos parcialmente, principalmente em relação: compatibilizações de áreas construídas e projetos; complementações ao projeto de canteiro de obras; complementação e revisão do EIT, em vários aspectos; complementações e revisão da matriz qualiquantitativa (relação de impactos, valorações e medidas mitigadoras); observações quanto a vários itens vinculados ao EIV Final. A resposta ao parecer foi protocolada, sendo a segunda complementação do EIV, em 03/10/2023. Deste modo a comissão opina pelo atendimento da Lei Complementar nº 24/2018 **quanto a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e as correspondentes medidas mitigadoras e compensatórias**, desde que seja apresentado o EIV Final com as devidas atualizações e cumpridas as condicionantes indicadas neste parecer.

No exercício de sua competência opinativa, a Comissão avaliou a Matriz de Impactos e as medidas propostas, considerou ainda outras medidas mitigadoras/compensatórias apresentadas no Estudo que não foram elencadas na Matriz e que deveriam ser incluídas no Termo de Compromisso a ser assinado pelo empreendedor junto ao Poder Executivo. E, após a análise de toda a documentação contida no Estudo de Impacto de vizinhança e suas complementações a Comissão Permanente de Análise dos Estudos de Impacto de vizinhança opina que poderá ser considerado apto o Estudo de Impacto de vizinhança do empreendimento denominado **Hotel Multiparque**, através do protocolo nº ARQ.01.00001070/EIV.000023 (Aprova Fácil - #19088), empreendimento esse situado na Rodovia LAP Rodesindo Pavan, n.º 11595, Praia do Estaleirinho (DIC 184954), exclusivamente em relação aos impactos gerados pelo empreendimento, e que serão suportados pela vizinhança, desde que atendida as condicionantes abaixo relacionadas:

Na apresentação da versão do EIV Final deverão ser cumpridos os seguintes itens:

1. Compatibilizar a área do empreendimento, inclusive no sistema aprovafácil, conforme projetos apresentados na segunda complementação do EIV (área do empreendimento de 20.253,26m²);
2. Compatibilizar o EIV com todas as informações, projetos, memoriais e cálculos apresentados nos órgãos de resposta aos pareceres de análise da CEIV;
3. Apresentar projeto de implantação locando as zonas de Baixa e Média Aptidão à Urbanização conforme as cartas geotécnicas de Aptidão à Urbanização. Caso o empreendimento ocupe alguma dessas zonas, apresentar as soluções de engenharia para garantir a segurança e estabilidade da ocupação.
4. Necessário realocar os paraciclos constantes no passeio público, visto que eles estão próximos a área de manobra dos futuros ônibus que adentrarão a vaga de estacionamento destinada a ele. O modelo padrão de paraciclos a serem implantados, no passeio público, deverá ser solicitado, previamente, a Secretaria de Planejamento Urbano e/ou a Autarquia Municipal de Trânsito – BCTRÂNSITO;
5. Para a fase de operação, incluir como medida a revitalização e/ou implantação das sinalizações vertical e horizontal da Avenida Rodesindo Pavan no trecho entre o acesso à BR-101 até a intersecção com a Rua Anaor Romário da Silva, incluindo as ciclofaixas, ciclovias ou ciclorrotas existentes. Deverá ser apresentado um projeto indicativo destas sinalizações no segmento sugerido, de modo a ser compatibilizado com os acessos ao empreendimento e as demais sinalizações pertinentes. Este projeto será avaliado e aprovado pela CEIV, enquanto que a execução das atividades de sinalização de trânsito pelo empreendedor será supervisionada pelo Departamento de Engenharia de Tráfego – BC Trânsito. O projeto deverá ser apresentado no prazo de 120 dias úteis após a assinatura do termo
6. Em relação a matriz de impactos, recomendo que no impacto Pressão na Infraestrutura de Mobilidade Urbana no entorno (fase operação), o % de mitigação seja de 30%.
7. Necessário incluir que as execuções dos projetos viários respeitarão e cumprirão as seguintes referências normativas:
 - Dimensões e sinalização das vagas gerais (simples, duplas, carga/descarga e visitantes) de automóveis e motociclistas deverão respeitar os Manuais de Sinalização Vertical e Horizontal do Contran (Volume I e IV), regulamentados pela Resolução Contran nº 973/2022;
 - Dimensões, sinalização e numeração das vagas PNE e de idosos (automóveis) deverão respeitar a Resolução Contran nº 965/2022 e anexos;

- Dimensões e sinalização das vagas de embarque e desembarques deverão respeitar os Manuais de Sinalização Vertical e Horizontal do Contran (Volume I e IV), regulamentados pela Resolução Contran nº 973/2022;
 - Dimensões e sinalização das vagas para bicicletas deverão respeitar o Manual de Sinalização Cicloviário do Contran (Volume VIII), regulamentado pela Resolução Contran nº 973/2022;
8. A CEIV ressalta a importância da existência de sinalização vertical de advertência, junto/anexa aos portões de entrada aos estacionamentos/acessos, indicando/alertando a altura máxima limitada de cada portão, para maior segurança viária.

Medidas Mitigadoras Durante a Implantação:

1. Utilização de equipamentos econômicos de água, consequentemente menor geração de efluentes, tais como torneiras automáticas e com arejadores, peças sanitárias de baixa vazão, caixa de descarga "dual flush", medidores individuais de água;
2. Trabalhos de educação ambiental com os funcionários de obra para sensibilização quanto a redução do consumo de água, evitando o desperdício;
3. Ligação dos efluentes sanitários gerados a rede de coleta e tratamento da EMASA. O empreendedor condiciona o início das obras de instalação à conclusão da instalação, por parte da EMASA, da rede pública coletora de efluente sanitário e início da sua operação;
4. O efluente líquido gerado nas concretagens, uso de argamassas, lavagem de ferramentas e das caixarias sujas com argamassa, areia, concreto e afins, deverá ser destinado a um reservatório para reúso na obra para umidificação e resfriamento do concreto. O lodo resultante do armazenamento desse efluente não contaminado deverá ser destinado como resíduo da construção civil - RCC Classe A.
5. Os efluentes perigosos contendo tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde, devem ser destinados a reservatório específico para armazenamento temporário e gerido como resíduo da construção civil - RCC contaminado Classe D, sendo coletados e destinados por empresa especializada e licenciada, devendo ser gerado o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) no Sistema do IMA sempre que forem coletados.
6. Lavagem das rodas dos veículos que estiverem sujas com barro, evitando que espalhem barro nas vias do entorno
7. Cobrimento com lonas os caminhões para evitar a queda de resíduos nas vias;
8. Realização de varrição das vias sempre que houver carreamento do solo o entorno
9. Execução de Plano de Gerenciamento de RCC, com objetivo garantir a correta segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final;
10. Capacitação para colaboradores sobre os procedimentos de separação, acondicionamento e

- transporte de resíduos;
11. Destinação dos resíduos à empresa licenciada para o transporte de resíduos e destinação final em áreas licenciadas;
 12. Aplicação do Programa de Conscientização Ambiental, com objetivo de reduzir o consumo de recursos naturais na obra, bem como outros desperdícios durante a implantação e assuntos de meio ambiente
 13. A supressão de vegetação deve ser restrita ao que consta nos documentos do processo de licenciamento do empreendimento (limites de intervenção autorizados), de forma a impedir o aumento das áreas desmatadas.
 14. Realizar a delimitação física da área de supressão de vegetação conforme estabelecido na AuC (Autorização de Corte), para evitar a supressão desnecessária de vegetação nativa.
 15. A queda das árvores deverá ser sempre orientada na direção da área já desmatada e nunca na direção do maciço florestal remanescente;-
 16. Para supressão da vegetação, deve-se tomar o cuidado de afugentar a fauna antes e durante a intervenção, conduzindo a fauna para áreas vizinhas não habitadas.
 17. Os colaboradores envolvidos na obra de instalação deverão ser instruídos com relação a necessidade de preservação dos animais e da flora da área.
 18. Repassar medidas educativas e de controle dos trabalhadores da obra de forma a evitar que os trabalhadores contratados não se engajem em atividades ilícitas de caça e extrativismo nos remanescentes de vegetação nativa afetados pela obra. Deverá ser determinada aos trabalhadores da obra a proibição de qualquer atividade de caça ou extrativismo, adotando-se medidas enérgicas quanto aos infratores;
 19. Instruir os colaboradores envolvidos para evitar acidentes ambientais que possam afetar a qualidade dos solos/águas ou até mesmo da vegetação nativa existente nas áreas do entorno da instalação do empreendimento, como disposição inadequada de resíduos sólidos, derramamento de óleos e incêndios;
 20. Programa de monitoramento e afugentamento da fauna;
 21. Programa de contenção de processos erosivos;
 22. Programa de monitoramento da supressão de vegetação;
 23. Resgate do banco de germoplasma através da coleta e realocação de epífitas.
 24. Recuperação de áreas degradadas (caso necessário), permitindo o retorno de espécies locais para a região;
 25. Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social com o objetivo de evitar danos à fauna ou acidentes com a população do entorno.
 26. Cumprimento às condições apresentadas na Lei Municipal nº 2377/2004, além da norma ABNT NBR 10.151:2019;

27. Manutenção periódica do maquinário como, por exemplo, a lubrificação dos equipamentos conforme a recomendação do fabricante;
28. Instalação de tapumes a fim de reduzir a propagação do ruído.
29. Reparação dos possíveis danos no entorno, com recuperação da base, pavimento, sistema de drenagem, passeio, meio-fio, quando danificados pelo tráfego de veículos pesados ou intervenções referentes à obra; -
30. Planejar a logística de entrega/retirada de materiais e insumos, visando reduzir o número de viagens na obra;
31. Elaboração de Estudo Cautelar para registro das condições das vias do entorno (antes do início da obra).
32. Reserva de área interna ao lote para estacionamento de carros e motos dos colaboradores ao longo da fase de implantação, devendo a mesma contemplar a demanda em sua totalidade.
33. Implantação de área interna ao lote para manobras e operação de carga e descarga referente aos veículos pesados que transportarão materiais e insumos até a obra, devendo a mesma contemplar a demanda em sua totalidade.
34. Instalação de telas de proteção sobre os caminhões com resíduos; - Limpeza constante das vias do entorno, com varrição e se necessária a lavagem, evitando a propagação de poeiras;
35. Aplicação de irrigação dos locais e dos serviços causadores de poeira;
36. Lavação de veículos e maquinários nas saídas de ambientes com solo exposto, principalmente na fase de movimentação de terra e fundações;
37. Realizar manutenção periódica e preventiva em veículos e equipamentos emissores atmosféricos.
38. Revegetar taludes de cortes e aterros imediatamente após o término da execução dos taludes, conforme apresentado no cronograma da obra, a fim de garantir a estabilidade e segurança dos taludes, evitar o carreamento do solo e minimizar o impacto visual;
39. A execução da terraplenagem deverá seguir as orientações da NBR 5681 – Controle Tecnológico da Execução de Aterros em Obras de Edificações.
40. Eventuais desmoronamentos, processos erosivos ou inundações de áreas vizinhas provocados pelas atividades de terraplenagem serão motivos de soluções técnicas específicas oferecidas e executada pela empresa projetista (requerente) que documentará adequadamente o evento para aprovação da SEMAM.
41. Utilização de estruturas pré-fabricadas em concreto com intuito de reduzir desperdícios de recursos naturais;

42. Execução e estruturação do subsolo da edificação sem uso de tirantes que extrapolem o limite do terreno, bem como sem rebaixamento de lençol freático;
43. Priorizar que as viagens de carga durante a fase de implantação ocorram fora do horário de pico do meio dia, ou seja, entre 11:00 e 13:00. Essas viagens serão organizadas durante a obra de forma que não ocorram simultaneamente, sendo espaçadas ao longo do tempo, a fim de impedir fluxos de veículos de carga concentrados em pequenos espaços de tempo;
44. Dispor no canteiro de obras ao longo de toda a obra: 1 vaga de ônibus, 16 vagas para carros, 10 para motos e 30 para bicicletas. Será fomentado o uso de bicicletas como meio de transporte dos colaboradores ao longo da obra, reforçando aspectos como saúde, economia e pelo fato de atualmente já existir uma ciclofaixa no entorno do local do empreendimento, garantindo segurança;
45. Implantar, antes do início das obras, dispositivos de sinalização e alerta luminoso e sonoro junto as saídas e entradas de veículos em trabalhos na área;
46. Realizar as manobras dos veículos pesados dentro do canteiro de obras, garantindo que não haja impacto nas vias adjacentes;
47. Caso haja evento que possa interferir no fluxo viário, mesmo que seja de maneira parcial e temporária, será notificada a Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito, com no mínimo 48 horas de antecedência, para obter autorização especial;
48. Priorizar o recrutamento de trabalhadores do município de Balneário Camboriú e região próxima;
49. Priorizar a compra de materiais de fornecedores da região próxima.
50. Projeto de terraplanagem aprovado pela SEMAM em até 120 dias após a assinatura do Termo de Referência gerado na aprovação do EIV.

Medidas Mitigadoras Durante Operação:

51. Programa de Operação e Manutenção do Sistema Hidrossanitário com objetivo de manter o sistema em bom estado de funcionamento;
52. Conscientização dos funcionários, com objetivo de reduzir o consumo de água pelos usuários do empreendimento e consequentemente a redução da produção de efluentes;
53. Utilização de equipamentos econômicos de água, consequentemente menor geração de efluentes, tais como torneiras e chuveiros com regulagem de pressão e arejadores em áreas de comuns e em apartamentos, peças sanitárias de baixa vazão, caixa de descarga

- "dual flush", medidores individuais de água;
54. Utilização do sistema de captação e reutilização de água da chuva, para usos não potáveis (limpeza de garagens, calçadas, terraços, molhar jardins, etc).
 55. Elaboração e execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, específico para o empreendimento em questão, apontando e descrevendo ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, contemplando os aspectos referentes à redução da geração, segregação, acondicionamento, transporte e destino final, bem como as ações de proteção à saúde pública e ao meio ambiente;
 56. Implantação de lixeiras de segregação de resíduos nas áreas comuns;-
 57. Sensibilização ambiental dos colaboradores e clientes, com objetivo de incentivar a segregação e disposição correta dos resíduos, bem como, para evitar desperdícios, e outros assuntos de meio ambiente
 58. Implantação de sistema de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais para usos não potáveis (rega de jardins, lavagem de calçadas, etc), composto por um reservatório de reaproveitamento de 15 m³.
 59. Implantação e operação do Programa de gestão ambiental;
 60. Implantação e operação do Programa de educação ambiental;
 61. Evitar a instalação de luzes intermitentes nas estruturas do empreendimento e adjacências, de modo evitar a atração de insetos, e consequentemente aves e morcegos;-
 62. Adotar as seguintes medidas mitigatórias apresentadas no Manual de Orientações para a Mitigação de Colisões de Aves com Vidraças: Utilização de persianas, cortinas e telas; Instalação de película de vidro, adesivo de vinil ou fita isolante; Tela de proteção estilo rede de pesca.
 63. Diminuir os locais de incidência e a intensidade da luz, o que consequentemente leva a redução do consumo de energia;-
 64. Utilização de sensores que acendem as luzes automaticamente somente quando necessários. Além disso, os postes de iluminação pública podem projetar a luz na direção do solo (para baixo), evitando iluminar locais que não precisam de iluminação;-
 65. Utilização de "luz fria" sempre que possível, visando diminuir a atração de insetos e, consequentemente, evitar a atração de espécies insetívoras.
 66. Implantação no acesso do empreendimento de 02 (duas) placas de advertência indicando "entrada e saída de veículos", sendo uma por sentido, alertando os condutores para a possível desaceleração/aceleração do tráfego de veículos devido ao acesso;-

67. Implantação de sinalização horizontal em ambos os sentidos, mais precisamente, linhas de estímulo a redução de velocidade com legenda "DEVAGAR", induzindo os condutores a moderarem suas velocidades;-
68. A placa de advertência e sinalização horizontal deverão ser autorizadas e fiscalizadas pelo Departamento de Engenharia de Tráfego – BC Trânsito;-
69. Implantação de 21 vagas de bicicletas cobertas e seguras para incentivar o uso de transporte ativo e sustentável;-
70. Implantação de duas placas na ciclofaixa no entorno próximo do empreendimento, conforme regulamentado nos Manuais de Sinalização Viária do CONTRAN;-
71. Implantação de 02 placas nas duas faixas elevadas localizadas nas proximidades do empreendimento, uma por sentido, de acordo com o padrão estipulado nos Manuais de Sinalização Viária do CONTRAN. Além disso, as travessias elevadas também passarão por readequação em conformidade com a Resolução CONTRAN Nº 973 de 18/07/2022.
72. Realizar a construção ou reforma de 1 abrigo de passageiros de transporte público no entorno do empreendimento, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria de Planejamento Urbano e indicação de localização pela Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito;
73. Nos dois pontos de ônibus próximos ao empreendimento que não possuem sinalização vertical, o empreendedor implantará as sinalizações verticais em ambos, no modelo dos Manuais de Sinalização Viária do CONTRAN, conforme já utilizado na cidade.
74. Disponibilização de kits de primeiros socorros na recepção do empreendimento.
75. Priorizar o recrutamento de trabalhadores do município de Balneário Camboriú e região próxima.
76. Implantação e operação instalação de um sistema contenção de águas pluviais, por meio de dois tanques de retardo (tanque 1 com 35,5m³ e tanque 2 com 21,05m³), antes do lançamento do efluente pluvial na rede pública
77. Implantação e manutenção do projeto de arborização urbana;
78. Durante a temporada, o empreendedor ampliará, mediante contrato com a concessionária, o serviço de coleta de resíduos;
79. Disponibilidade de lixeira interna refrigerada com 48,88m²; 30 contentores de 240 Litros além de disposição de resíduos externa de 43,15m² e 35 contentores de 240 Litros.
80. O empreendimento não terá fechamento frontal, criando maior integração público privado;
81. Caso sejam identificados ruídos com potencial incômodo à vizinhança oriundos do empreendimento, tanto na fase de instalação quanto de operação, será realizado por parte do empreendedor, novas análises de ruído e desenvolvimento de ações para garantir que

os níveis de pressão sonora gerados pelo HOTEL MULTIPARQUE estejam dentro dos limites legais.

82. Revitalização e/ou implantação das sinalizações vertical e horizontal da Avenida Rodesindo Pavan no trecho entre o acesso à BR-101 até a intersecção com a Rua Anaor Romário da Silva, incluindo as ciclofaixas, ciclovias ou ciclorrotas existentes. Deverá ser apresentado um projeto indicativo destas sinalizações no segmento sugerido, de modo a ser compatibilizado com os acessos ao empreendimento e as demais sinalizações pertinentes.
83. Instalação de sinalização vertical de advertência, junto/anexa aos portões de entrada aos estacionamentos/acessos, indicando/alertando a altura máxima limitada de cada portão, para maior segurança viária.

Valor de Compensação:

Fica estabelecido o Valor de Compensação conforme abaixo:

Valor de Investimento: 20.253,26 CUB's

Valor de Contrapartida Financeira em CUB-SC: $20.253,26 \text{ CUB's} \times 0,944 \% = \mathbf{191,14 \text{ CUB's.}}$

OBSERVAÇÕES:

1. Observar a disposição da LC nº 24/2018, art. 11, § 1º:

"O EIV será arquivado definitivamente, na hipótese do empreendedor não prestar esclarecimentos, ou deixar de atender a qualquer das solicitações, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa técnica, a contar do despacho da CEIV."

2. Na definição das medidas mitigatórias, estas devem ser efetivas, sendo necessária a comprovação de cumprimento das mesmas através da apresentação de relatório, em cumprimento às disposições dos artigos 16 e 17, da LC nº 24/2018:

"Art. 16 No pedido de certidão de habite-se, o empreendedor deverá comprovar à CEIV, o recolhimento aos cofres públicos municipais, da medida compensatória, e o **Relatório de Cumprimento das medidas mitigatórias**. (grifo do autor)

Parágrafo único. As medidas compensatórias, resultantes do não cumprimento de medidas mitigatórias, previstas no art. 17, deste diploma legal, deverão ser pagas em uma única parcela, num prazo máximo de 10 (dez) dias, a serem contados a partir da notificação da CEIV ao empreendedor.

Art. 17 *Verificado pela CEIV, o descumprimento da execução de qualquer medida mitigatória, estará o empreendedor sujeito a notificação, com direito a regularização em até 5 (cinco) dias úteis, sendo que, pelo não cumprimento ou na reincidência, será estabelecida medida compensatória, considerando 10 (dez) vezes o valor proporcional a medida mitigatória não executada.* "(grifo do autor)

O "Relatório de Cumprimento das Medidas Mitigatórias" deverá ser apresentado respondendo item a item do Termo de Compromisso (assinado entre município e empreendedor), comprovando (através de fotos, documentos, etc) o cumprimento de cada medida nas fases de implantação e operação.

Aguarde-se a versão final do EIV **corrigida** conforme este parecer e complementações anteriores, em meio digital, que deverá ser apresentado em até 20 (vinte) dias corridos. Após a entrega da versão final, lavre-se o competente termo de remessa dos autos.

Ressaltando que a análise do Estudo de Impacto de Vizinhança não dispensa as demais licenças e autorizações cabíveis, é o que recomenda esta Comissão.

Balneário Camboriú, 24 de outubro de 2023.

Michela Denise Parno
Secretária

CLELIA WITT SALDANHA (Presidente)

MARIA HELOÍSA B. C. FURTADO LENZI –
SEMAM (Vice-presidente)

LEANDRO GRZYBOWSKI DA SILVA - SEMAM
(membro)

MAURINO ADRIANO VIEIRA - SPU (membro
da CEIV)

WALTER H. GRUETER NETO - SPU (membro
CEIV)

MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO – BC
Trânsito (membro da CEIV)

TAYNARA TRETTIN CAMPELLO – SPU
(membro da CEIV)

Obs.: este parecer é assinado digitalmente, sendo válido somente com as assinaturas.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BBC9-044B-5301-E281

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ WALTER HERBERT GRUETER NETO (CPF 007.XXX.XXX-19) em 24/10/2023 17:57:48 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CLELIA WITT SALDANHA (CPF 801.XXX.XXX-34) em 25/10/2023 09:59:52 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LEANDRO GZYBOWSKI DA SILVA (CPF 044.XXX.XXX-84) em 25/10/2023 13:18:37 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO (CPF 429.XXX.XXX-84) em 26/10/2023 12:27:15 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ TAYNARA TRETTIN CAMPELLO (CPF 024.XXX.XXX-96) em 26/10/2023 13:11:36 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MAURINO ADRIANO VIEIRA (CPF 907.XXX.XXX-00) em 30/10/2023 13:56:51 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MICHELA DENISE PARNO (CPF 004.XXX.XXX-24) em 30/10/2023 16:37:37 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/BBC9-044B-5301-E281>